

HABEAS CORPUS Nº 515.312 - SP (2019/0167755-3)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : JEFERSON DOUGLAS PAULINO
ADVOGADO : JEFERSON DOUGLAS PAULINO - SP264935
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : BRUNO SILVA DE JESUS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de BRUNO SILVA DE JESUS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2096784-44.2019.8.26.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente teve sua prisão temporária decretada, posteriormente convertida em preventiva, e foi denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 35, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, porque (e-STJ fl. 116):

(...). Consta dos inclusos autos de inquérito policial e apensos (autos nº 1400334-68 e 1430-95.2018) que, em dia não precisado, mas certamente até 29 de janeiro de 2019, BRUNO SILVA DE JESUS e NELSON COSTA JÚNIOR (vulgo "China"), qualificados às fls. 30 e 38, associaram-se entre si, com ânimo de estabilidade e permanência, para praticarem reiteradamente ou não, o tráfico de drogas em Ilhabela/SP. (...).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual alegando, em síntese, que a conversão da prisão temporária em preventiva se deu de forma genérica. Sublinhou que o acusado é detentor de circunstâncias favoráveis, podendo responder ao julgamento do processo em liberdade e fazendo jus à aplicação de medidas cautelares diversas.

O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 192):

EMENTA - HABEAS CORPUS - ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - Impetração visando o reconhecimento de constrangimento ilegal, com a consegüente soltura do acusado - Ordem pública que necessita de resguardo - Ordem denegada.

Na presente oportunidade, a defesa reitera que a conversão da prisão temporária do paciente em preventiva ocorreu de forma genérica, não estando presentes os requisitos para tal medida, previstos no art. 312 do CPP. Sublinha que a decisão de manutenção de sua custódia cautelar também não foi devidamente fundamentada. Lembra, novamente, que o acusado é detentor de circunstâncias favoráveis, não sendo criminoso habitual, podendo responder ao julgamento do processo em liberdade. Aduz, ainda, negativa de autoria

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial visando a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque, ao que parece, o Tribunal de origem resolveu por manter a segregação cautelar do paciente como forma de garantir a ordem pública, levando em consideração a periculosidade social do acusado e seu risco de reiteração delitiva, conforme se extrai do trecho transcrito do acórdão (e-STJ fl. 193):

(...). É dos autos, para além do já constante quando da análise da medida liminar, que o paciente, juntamente com o corréu, há algum tempo estava associado.

E tal peculiaridade somada a utilização de redes sociais para a menção ao comércio espúrio, denota que a ordem pública ainda merece resguardo, até para evitar a continuidade da infração penal. (...).

Lado outro, eventuais condições subjetivas favoráveis não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

Quanto às questões atinentes ao envolvimento ou não do paciente no crime que lhe é imputado, as mesmas não são passíveis de exame na via estreita do *habeas corpus*, ação autônoma de rito sumário e com impossibilidade do revolvimento do arcabouço probatório, conforme pretende a defesa.

Assim, não obstante os argumentos apresentados, mostra-se imprescindível um exame mais aprofundado dos elementos de convicção carreados aos autos, para se aferir a sustentada ilegalidade. Vale ressaltar, ademais, que o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, sem prejuízo da melhor apreciação da matéria, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso às informações processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator